

O agronegócio é o seguinte

Enfrentar a crise

A CRISE dos empréstimos imobiliários no mercado de *subprime* dos Estados Unidos, que apareceu há mais de um ano, ganhou contornos mundiais dramáticos neste mês. O fenômeno tem proporções gigantescas. O Brasil certamente não ficara imune a essa contaminação. Seus bancos passam ao largo de grandes perdas por uma questão de regulação mais exigente e de juros reais mais elevados. Esta edição trata, em matéria especial, da prudência necessária da parte do produtor na tomada de decisão sobre vendas futuras e garantia imediata de recursos para capital de giro.

A safra 2008/2009 passa a ter um problema adicional com relação ao aperto de liquidez. É bom lembrar que, para encontrar fontes de financiamento para cobrir o recente pacote de renegociação de R\$ 75 bilhões em dívidas rurais, além do atraso na publicação de normas burocráticas do governo federal, a liberação de crédito rural está mais lenta que o habitual.

Agroanalysis trás um importante texto sobre quatro décadas de inovações em uma coletânea desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Seu conteúdo trata da tênue diferença de fundamento quando se fala em agricultura dos trópicos e para os trópicos. Mostra também a evolução histórica da pesquisa agropecuária no Brasil, a partir da fundação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808. Com mira no futuro, apresenta as estratégias para o desenvolvimento nacional nos campos da tecnologia, educação e inclusão social.

No Brasil, a legislação ambiental precisa de uma adequação com o processo histórico de ocupação territorial. Até 1965, quando foi promulgado o Código Florestal, e definida a exigência de as propriedades manterem 20% da área como reserva legal, e estabelecido o não-uso das áreas de preservação permanente, a prática era simplesmente desmatar e plantar. Foi assim em grande parte das Regiões Sul e Sudeste. Em 1996, a exigência de reserva le-

gal passou de 50% para 80% na região amazônica e 35% no cerrado. E veio a pergunta sem resposta ainda: como fica a propriedade que já havia sido desmatada?

Há uma mobilização muito forte no setor produtivo, após a edição do Decreto 6.514/08, em 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as agressões ao meio ambiente e as respectivas sanções administrativas, e estabelece o processo administrativo federal para apuração das infrações e dá outras providências. **Agroanalysis** registrou todos os passos desse *imbroglio* legal.

Se a legislação existente for tomada ao pé da letra, cerca de 68,2% do território nacional não podem ser destinados para a agricultura. Ao longo do tempo, com a introdução de um extenso conjunto de requisitos como a reserva legal, área de preservação permanente, unidades de conservação e terras indígenas, a disponibilidade de área para atividade produtiva sofreu drástica restrição. Existem ainda as reivindicações dos quilombolas. Se for computado cada item da extensa lista de exigências pode ser que haja um fechamento de área. É isso que está em avaliação.

Ainda em termos de mudanças, há uma matéria que traz uma comparação entre a rentabilidade da soja normal e da soja transgênica. As negociações em torno do endividamento agrícola também fazem parte desta edição. Em 2000 a conta de maior débito estava na linha de custeio, hoje é na de investimento.

O pacote concede descontos, prazos adicionais para pagamento e redução de taxas de juros para R\$ 75 bilhões, de um total de R\$ 87,5 bilhões em dívidas do setor rural, com o envolvimento de 2,8 milhões de contratos da agricultura empresarial e da familiar. A grande preocupação está nas operações de crédito agropecuário transferidos para o Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Nesse caso, são consideradas dívidas com a União e sujeitas a uma legislação específica bem mais rigorosa. A decisão está nas mãos do presidente Lula. ■